



Turismo e Desenvolvimento Regional: um estudo no Estado de São Paulo¹

Tourism and Regional Development: a study in the State of São Paulo

Madalena Pedroso Aulicino²

Resumo

Este artigo tem como objetivo demonstrar que o turismo pode ser fator de desenvolvimento regional. Do ponto de vista teórico, resgatou-se a problemática regional e para operacionalizar a pesquisa, retomou-se conceitos relativos a bens e produtos característicos do turismo, segundo parâmetros da Organização Mundial do Turismo – OMT. Foi estabelecida a hipótese de que a atividade turística pode se constituir em fator de desenvolvimento regional e para confirmá-la, selecionou-se dois conjuntos de municípios do Estado de São Paulo, diferenciados pela presença ou não da atividade turística. Dados dos municípios foram então avaliados a partir da fórmula do Quociente Locacional da Teoria da Base Econômica Regional, que mede a concentração de uma certa atividade numa determinada área, em relação à distribuição dessa atividade num espaço geográfico que abrange a primeira. No caso dos municípios, aplicou-se o Quociente Locacional nos dados de empregos gerados em hotéis, demonstrando-se então que o turismo pode se constituir em fator de desenvolvimento regional, a partir dos parâmetros estabelecidos.

Palavras-chave: turismo; desenvolvimento regional; teoria da base econômica regional; quociente locacional; empregos ocupados em hotéis; municípios e Estado de São Paulo.

Abstract

The purpose of this article is to demonstrate that tourism may be a regional development factor. From a theoretical perspective, regional problems were surveyed and, to make the study operational, the concepts relating to goods and products that are characteristic of tourism were recovered, according to the parameters of the World Tourism Organization (WTO). The assumption that touristic activity may be a regional development factor was established and, to confirm it, the author selected two sets of State of São Paulo municipalities, differentiated by the presence or not of touristic activity. Municipal data were then assessed based on the Regional Economic Base Theory's Location Quotient formula that

¹ Este artigo foi apresentado no "Pluris2010 4o. Congresso Luso-Brasileiro para o Planeamento Urbano, Regional, Integrado, Sustentável" que ocorreu entre os dias 6 e 8 de outubro de 2010 na Universidade do Algarve, Faro - Portugal, sob o título: "Turismo e Desenvolvimento Regional".

² Mestre e Doutora em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo e professora do Curso de Lazer e Turismo da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. Email: mada.lzt@usp.br.



measures the concentration of an activity in a certain area in relation to the distribution of such activity throughout a geographic space that comprises it. In the case of the municipalities, the Location Quotient was applied to the data of jobs created in hotels, therefore demonstrating that tourism may be a regional development factor, based on the established parameters.

Keywords: *tourism; regional development; regional economic base theory; location quotient; jobs filled in hotels; municipalities and State of São Paulo.*

1. Introdução

O principal objetivo deste texto é mostrar a possibilidade da atividade turística constituir-se em fator de desenvolvimento regional, como uma atividade econômica básica ou exportadora a estimular atividades econômicas não-básicas, numa associação já referida ou constatada por outros autores, como Christaller (1964), Perrin (1974) ou Rochefort (1998) oferecendo assim, subsídios para o planejamento regional (1).

Numa breve abordagem teórica do conceito de *região*, discutiu-se sua atualidade em tempos de globalização, as peculiaridades de sua aplicação no caso do Brasil e as possibilidades da organização regional constituir-se como estratégia de desenvolvimento a partir do fenômeno turístico.

Tomando colocações da Organização Mundial do Turismo – OMT (1999), sobre bens e serviços específicos da atividade turística, o texto apresenta uma pesquisa realizada com dados de municípios do Estado de São Paulo, aos quais foi aplicada a fórmula do Quociente Locacional da Teoria da Base Econômica Regional.

Esta Teoria mede a concentração de uma atividade econômica numa certa área, em relação à distribuição dessa atividade num espaço geográfico que abrange a primeira.

Usando-se o emprego como variável imagem da renda, foram coletados dados sobre empregos gerados por hotéis em dois conjuntos de municípios, diferenciados pela presença ou não da atividade turística. A esses dados foi aplicada a fórmula do Quociente Locacional considerando-se para cada um dos municípios pesquisados, a concentração de empregos gerados em hotéis em três diferentes abrangências: Estado de São Paulo, Região de Governo e Região Administrativa.



A partir dos resultados obtidos, foi identificada a qualificação do turismo como atividade básica de uma economia regional, estimulando outras atividades econômicas não-básicas, demonstrando-se assim que a atividade turística pode se constituir em fator de desenvolvimento regional.

Por outro lado, como uma das restrições ao uso do Teoria da Base Econômica Regional aponta seu limite em só considerar o lado da demanda, a pesquisa preocupou-se também em analisar o lado da oferta, coletando e analisando dados sobre o tamanho da população e do número de hotéis, nos anos de 1995 e de 2000, para os mesmos municípios pesquisados. Constatou-se então que houve um crescimento para os dois conjuntos de variáveis; ou seja, o turismo pode efetivamente gerar desenvolvimento regional, a partir dos parâmetros estabelecidos.

2. Referencial Teórico

Os principais conceitos usados dizem respeito de início aos *bens e serviços específicos da atividade turística*, que segundo a OMT (1999: 39-40) são divididos em:

- *Característicos* - porque praticamente deixariam de existir se não fosse pelo turismo, viabilizam estatísticas e dizem respeito aos serviços de alojamento, alimentação, agências e operadoras, guias turísticos, serviços culturais e recreativos.
- *Conexos* – são encontrados com frequência, mas tem uma importância menor e não são sistematicamente comparáveis, como por exemplo os serviços de táxi, usados pela população em geral, e não só pelos turistas.

Na questão do *desenvolvimento*, a escolha foi pelo conceito referido à transformação das estruturas induzindo acréscimo de variáveis econômicas (PERRIN, 1974:13, nota de rodapé), já os parâmetros embutidos no *conceito de região*, foram absorvidos a partir de diferentes autores, entre os quais destacam-se, além do próprio Perrin (1974), Kayser (1968), Frémont (1980), Boudeville (1972) Coraggio (1980) e que podem ser assim resumidos:

- A expressão *organização regional* é mais adequada que o conceito de *região* porque os



limites do espaço regional não são fixos e estão constantemente se redefinindo.

- Constitui-se num espaço intermediário entre o nacional e o local, marcado pela polarização.
- Corresponde à espacialidade de uma relação social particular, supõe formações sociais anteriores e configura-se como o suporte natural de um processo social.
- Subentende uma relação espacial e econômica, e constitui-se num bem superior coletivo, indivisível e fora do mercado.

Segundo Perrin (1974:32-33), a organização regional caracteriza-se por dois conjuntos de propriedades: as *quantitativas* que dizem respeito às economias de aglomeração e as *qualitativas*, porque agrupa institutos de pesquisa, serviços superiores e criações culturais. O quadro regional é o mais apropriado à gestão coletiva do meio de vida e do progresso econômico e viabiliza a melhoria da distribuição espacial da atividade econômica, na medida em que o excesso de concentração econômica das *regiões foco*, gera gastos com trânsito e poluição, entre outras coisas, anulando as vantagens iniciais da aglomeração, configurando-se então as chamadas *deseconomias*.

Por outro lado, o funcionamento da *economia regional* está apoiado, segundo Ablas (1973: 66-67) em *três tipos de atividades*:

- as *exportadoras*, que são geograficamente determinadas, motoras e ligadas a vantagens comparativas;
- as *produtoras de bens e serviços finais para o mercado regional*, que ampliam os efeitos das atividades exportadoras e distribuem renda na região;
- as *produtoras de bens intermediários* para atendimento das duas anteriores.

Ainda segundo ABLAS, o funcionamento do sistema de produção regional se caracteriza por dois fluxos, cada um dos quais se difundindo num meio diferente: um fluxo de compras, entre as empresas componentes da economia regional, cujo meio é caracterizado pelas ligações inter-setoriais e que é tanto mais importante quanto mais ricas forem essas mesmas ligações. Além disso é constituído também por um fluxo de renda, que se refere aos valores adicionados nos três grupos de atividades e que aparecem sob a forma de remuneração dos



fatores de produção. O meio desse fluxo de renda é constituído pela estrutura de consumo das famílias da região em ligação com a distribuição de renda ou o chamado circuito regional; cada um desses fluxos tem características próprias e de seu dinamismo em assimilar e multiplicar os efeitos da demanda externa é que se vai determinar as possibilidades de desenvolvimento da região considerada.

Ainda segundo o mesmo autor, no momento da elaboração do estudo em questão (1973), a teoria do desenvolvimento econômico regional estava num estágio inicial e que seria preciso conhecer:

(...) as características de uma região no que diz respeito às condições de difusão, dentro de sua economia, dos efeitos provenientes de seu exterior. E essa compreensão será atingida no momento em que se tiver um bom conhecimento dos dois meios de difusão presentes na economia regional: as ligações inter-setoriais e o mecanismo do circuito regional (ABLAS, 1973:68).

É importante lembrar ainda, que os estudos regionais, muito freqüentes na década de 70, foram escasseando, à medida que fracassavam as ações de planejamento com vistas à correção dos desníveis de desenvolvimento, tanto entre os países como em seu interior e também na medida em que avançava o processo de globalização, parecendo transformar o mundo numa grande *aldeia*, em que a organização regional perderia significado, com a homogeneização de valores, normas, padrões de conduta e do próprio desenvolvimento.

Entretanto, parece que os fatos desenrolaram-se exatamente no sentido oposto, ou seja, a globalização, fenômeno tão decantado, ainda defendido e também num certo sentido, irreversível (como a comunicação mundial *on-line*, por exemplo), não promoveu o desenvolvimento entre os vários países do mundo como se esperava. Na verdade, o que se constatou é que houve um agravamento de problemas econômicos em alguns países, na medida em que se pretendeu e ainda se pretende a livre circulação de mercadorias e de capitais, principalmente, como uma *via de mão única*, ou seja, só de países mais desenvolvidos para os menos desenvolvidos, preferencialmente falando.

Além disso, a ideia da *aldeia global* também encontrou e encontra resistência, tanto na dimensão sócio-cultural, pelo fortalecimento de práticas culturais locais (BUYS,



EVANGELISTA, 2002), como na dimensão espacial, com o fortalecimento do processo de regionalização via mercados regionais, como a União Européia, por exemplo (HAESBAERT, 1999).

Finalmente, resta comentar a *Teoria da Base Econômica Regional*, uma das opções possíveis para o estudo de uma região, segundo Schickler (HADDAD et al., 1974: 7-51), que diferencia as atividades econômicas de uma área em básicas (ou não-locais), que produzem bens e serviços para os não-residentes, sob a forma de exportação e as não-básicas (ou locais), que geram bens e serviços para uso dos residentes. A mesma classificação pode ser aplicada ao emprego como unidade de medida. Ambos então, bens e serviços ou empregos básicos, constituem-se numa variável autônoma dentro do sistema, representando a exportação regional, traço distintivo da estrutura econômica de certa área e que reflete o ajustamento da produção às vantagens naturais e adquiridas; assim, renda e emprego são explicados por forças exteriores à área, porque crescendo a demanda, o setor básico oferece mais empregos e isso expande a procura por bens e serviços locais e como os dados sobre a renda são mais difíceis de obter, o emprego é usado como variável-imagem da renda.

Isso apesar de algumas restrições, como a de que a mesma renda pode ser gerada por quantidades diferentes de pessoas empregadas; que o emprego não reflete o aumento de produtividade de mão-de-obra e que o número de pessoas empregadas para dado nível de renda depende das taxas de salários locais.

De qualquer forma, ainda segundo Schickler (HADDAD et al., 1974:44), um dos instrumentos mais usados nos trabalhos empíricos sobre a questão do crescimento regional é o *quociente locacional*, que mede a concentração de uma certa atividade numa determinada área, em relação à distribuição dessa atividade num espaço geográfico que abrange a primeira, podendo-se tomar a nação como área de referência, mas não necessariamente.

Usando-se a variável emprego, o quociente locacional é assim expresso:

$$\frac{S_i / N_i}{S / N} \quad \text{ou} \quad \frac{S_i / S}{N_i / N}$$

Em que:



Si - corresponde ao emprego na atividade “i” da região;

S - corresponde ao emprego total na região;

Ni – corresponde ao emprego na atividade “i” para a nação ou área de referência;

N - corresponde ao emprego total da nação ou área de referência.

Quando o quociente é maior que a unidade, significa que a atividade “i” está mais concentrada na região, em relação à distribuição dessa atividade no espaço de referência; quanto maior o quociente, mais especializada é a região na atividade “i” e valores maiores que a unidade para esse quociente, indicam atividades exportadoras. Estima-se assim, que o emprego regional básico corresponde às atividades em que ele for calculado e achado superior a “um”, ou seja, atividades básicas que produzem bens e serviços para uso não-local (exportadoras) e que estimulam crescimento das atividades não-básicas, que geram bens e serviços para uso dos residentes.

Em função disso, usou-se a fórmula do quociente locacional para demonstrar que a atividade turística gera desenvolvimento regional, trabalhando-se com dados estatísticos em nível de *municípios*. Inicialmente, porque os efeitos neles concentrados extrapolam para a região; em seguida, porque há disponibilidade de dados e finalmente, pela recomendação de que a teoria tende a ser mais válida, quanto menor for a região considerada. Isso, sem contar que a cidade concentra a função de polarização em torno da qual se define a organização regional.

Entretanto, ainda segundo Schickler (HADDAD et al., 1974: 27), à *Teoria da Base Econômica* estão associadas algumas *restrições*, como a de só considerar o lado da demanda, explicando-a a partir de variações autônomas nas exportações, sobre a qual a região não tem poder algum; isso implicaria em que os recursos da região estariam parcialmente desempregados ou mal distribuídos; ou então, o aumento das exportações estaria acarretando uma queda nas atividades não-básicas, ao contrário do afirmado pela própria teoria.

O mesmo autor comenta que a avaliação do crescimento econômico subtende então análise também do lado da oferta, num processo sustentado de ampliação do produto total e que supõe: o aumento do estoque e da qualidade dos recursos naturais e humanos, a acumulação de capital e o investimento em inovações tecnológicas, ampliando-se assim a possibilidade de produzir mais bens locais e de exportação. E isso foi levado em consideração no desenvolvimento desta pesquisa, como se descreve a seguir.



3. A Pesquisa

O universo da pesquisa constituiu-se no Estado de São Paulo e para a *área de referência* foram escolhidas três abrangências: Região de Governo, Região Administrativa além do próprio Estado de São Paulo; já os municípios, foram divididos em dois grupos: um de *especialização turística*, definido a partir de pesquisa anterior (AULICINO, 2001) e outro de *controle*, diferenciado pela ausência de atividade turística. Ou seja, tentou-se para cada município de especialização turística, definir, um *município-contraste* com uma população equivalente, de uma Região de Governo diferente, mas aproximado em termos de: paisagem, acesso e distância em relação à Capital do Estado de São Paulo.

Na escolha das variáveis, além dos empregos ocupados em hotéis, que se constitui no elemento central da pesquisa, buscou-se dados que confirmassem a condição de especialização turística dos municípios, como o número de residências secundárias, e a quantidade de hotéis e de unidades habitacionais; além de outras variáveis relativas à arrecadação de impostos e consumo de energia elétrica, por exemplo; entretanto, por limites intrínsecos à dimensão deste artigo, esses dados não serão apresentados aqui, e o conjunto completo está disponível em Aulicino, 2004.

Aqui só serão apresentados pelo lado da demanda, dados de empregos gerados nos vários setores da economia, inclusive nos hotéis. Para averiguar o lado da oferta, foram pesquisadas também e serão aqui apresentadas, outras variáveis, relativas ao tamanho da população e quantidade de hotéis, de cada um dos municípios e ambas para os anos de 1995 e de 2000. Os dados foram coletados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE e GUIA BRASIL, da Editora Abril, para o ano de 2000, e em alguns casos, também para o ano de 1995.

Os pares de municípios escolhidos são os que seguem abaixo, sendo que o primeiro deles de cada uma das duplas, corresponde ao município de especialização turística, enquanto o segundo, corresponde ao município-contraste.

1. Águas de Lindóia – Aguaí
2. Águas de S. Pedro – Santa Cruz da Conceição
3. Campos do Jordão – Cruzeiro
4. Caraguatatuba – Caçapava



5. Ilhabela – Paraibuna
6. Itanhaém – Registro
7. Peruíbe – Piedade
8. São Sebastião – Lorena
9. Ubatuba – Guaratinguetá

4. Resultados

Chega-se então ao cerne da pesquisa, que constatou que o turismo pode-se constituir em fator de desenvolvimento regional, porque atividade básica a estimular outras atividades não-básicas; isso, a partir da aplicação e dos resultados do quociente locacional, em dados de empregos ocupados em hotéis, na última coluna da tabela a seguir, da esquerda para a direita. A mesma fórmula do quociente locacional foi aplicada ainda em dados sobre empregos no comércio, nos serviços, na indústria e *demais empregos ocupados* (agropecuária, extrativismo vegetal, caça e pesca). Todos esses resultados estão reunidos na referida tabela, destacando-se os valores maiores que a unidade.

Tabela 1 - Quociente Locacional dos Empregos Ocupados – Ano: 2000

	Demais Empregos Ocupados	Empregos Ocupados no Comércio	Empregos Ocupados nos Serviços	Empregos Ocupados Industria	Empregos Ocupados nos Hotéis
Estado de São Paulo					
Águas de Lindóia / Estado	0,5518	0,8479	1,1216	0,9258	55,4129
Águas de Lindóia/Região de Governo de Bragança Paulista	0,2868	0,8284	1,3251	0,8101	11,5464
Águas de Lindóia/Região Administrativa de Campinas	0,4004	0,7868	1,4526	0,6986	45,2406
Aguai / Estado	5,9668	1,1060	0,4354	1,2950	0,0853
Aguai/Região de Governo de São João da Boa Vista	1,0123	0,9799	0,7135	1,3396	0,1081
Aguai/Região Administrativa de Campinas	4,3293	1,0263	0,5639	0,9771	0,0696
Águas de São Pedro / Estado	0,2561	0,5664	1,6346	0,1786	26,0155
Águas de São Pedro/Região de Governo de Piracicaba	0,2724	0,4793	2,1424	0,1331	17,4119
Águas de São Pedro/Região Administrativa de Campinas	0,1858	0,5256	2,1170	0,1348	21,2397



Santa Cruz da Conceição / Estado	13,0916	0,3514	0,4042	0,8035	0,0000
Santa Cruz da Conceição/Região de Governo de Limeira	6,1827	0,3379	0,6432	0,5315	0,0000
Santa Cruz da Conceição/Região Administrativa de Campinas	9,4987	0,3261	0,5235	0,6063	0,0000
Campos do Jordão / Estado	0,1997	1,3477	1,2627	0,4183	17,7956
Campos do Jordão/Região de Governo de Taubaté	0,3176	1,2580	1,3369	0,3758	6,6776
Campos do Jordão/Região Administrativa de São José dos Campos	0,3023	1,1824	1,4324	0,3529	6,9474
Cruzeiro / Estado	0,5154	1,3253	0,6127	1,5965	0,9630
Cruzeiro/Região de Governo de Cruzeiro	0,2713	1,1148	0,8980	1,1788	0,9507
Cruzeiro/Região Administrativa de São José dos Campos	0,7800	1,1628	0,6950	1,3469	0,3759
Caraguatatuba / Estado	0,0335	1,9020	1,1353	0,3522	4,2355
Caraguatatuba/Região de Governo de Caraguatatuba	0,2699	1,1355	0,8961	1,5429	0,3890
Caraguatatuba/Região Administrativa de São José dos Campos	0,0506	1,6687	1,2879	0,2971	1,6536
Caçapava / Estado	0,8083	1,0856	0,6642	1,6009	1,3035
Caçapava/Região de Governo de São José dos Campos	1,7938	1,0285	0,8342	1,1250	1,3287
Caçapava/Região Administrativa de São José dos Campos	1,2230	0,9525	0,7534	1,3506	0,5089
Ilhabela / Estado	0,0126	1,8297	1,2886	0,1126	22,5439
Ilhabela/Região de Governo de Caraguatatuba	0,1017	1,0923	1,0170	0,4933	2,0707
Ilhabela/Região Administrativa de São José dos Campos	0,0191	1,6053	1,4618	0,0950	8,8011
Paraibuna / Estado	3,1953	0,4140	1,3696	0,3514	2,0725
Paraibuna/Região de Governo de São José dos Campos	7,0917	0,3922	1,7202	0,2469	2,1125
Paraibuna/Região Administrativa de São José dos Campos	4,8351	0,3632	1,5536	0,2964	0,8091
Itanhaém / Estado	0,5249	1,8733	1,0876	0,3894	1,3063
Itanhaém/Região de Governo de Santos	2,8314	1,5697	0,8649	0,7473	0,7794
Itanhaém/Região Administrativa de Santos	2,8314	1,5697	0,8649	0,7473	0,7794



Registro / Estado	3,7826	1,8534	0,7429	0,5877	1,9943
Registro/Região de Governo de Registro	0,6675	1,4142	0,8853	1,2626	0,9683
Registro/Região Administrativa de Registro	0,6675	1,4142	0,8853	1,2626	0,9683
Peruíbe / Estado	0,5260	2,0074	1,0847	0,3156	4,7867
Peruíbe/Região de Governo de Santos	2,8377	1,6820	0,8627	0,6057	2,8560
Peruíbe/Região Administrativa de Santos	2,8377	1,6820	0,8627	0,6057	2,8560
Piedade / Estado	0,9415	0,3250	1,6308	0,2322	0,3373
Piedade/Região de Governo de Sorocaba	1,2145	0,3252	1,9574	0,1731	0,3376
Piedade/Região Administrativa de Sorocaba	0,3978	0,3206	2,0582	0,1956	0,3547
São Sebastião / Estado	0,2200	1,3503	1,4165	0,1279	10,8636
São Sebastião/Região de Governo de Caraguatatuba	1,7734	0,8062	1,1180	0,5605	0,9979
São Sebastião/Região Administrativa de São José dos Campos	0,3328	1,1847	1,6069	0,1079	4,2411
Lorena / Estado	1,1866	1,3105	0,8389	1,0909	1,2957
Lorena/Região de Governo de Guaratinguetá	0,7775	1,0509	0,9195	1,1554	0,3454
Lorena/Região Administrativa de São José dos Campos	1,7956	1,1498	0,9516	0,9203	0,5058
Ubatuba / Estado	0,1416	1,7565	1,2345	0,2383	14,9735
Ubatuba/Região de Governo de Caraguatatuba	1,1414	1,0487	0,9744	1,0437	1,3754
Ubatuba/Região Administrativa de São José dos Campos	0,2142	1,5411	1,4004	0,2010	5,8456
Guaratinguetá / Estado	1,9539	1,3076	0,8681	0,9313	2,3588
Guaratinguetá/Região de Governo de Guaratinguetá	1,2803	1,0485	0,9514	0,9864	0,6287
Guaratinguetá//Região Administrativa de São José dos Campos	2,9566	1,1472	0,9847	0,7857	0,9209

Como se pode constatar pelos resultados, praticamente todos os municípios de especialização



turística apresentaram resultados maiores que a unidade no índice de empregos ocupados em hotéis, nas três abrangências consideradas, e em alguns casos, bem superiores a isso, como Águas de Lindóia, Águas de S. Pedro e Campos do Jordão; confirmou-se então o grau de concentração da atividade turística, a gerar desenvolvimento regional, pelos empregos gerados num bem ou produto característico do turismo, como é o caso dos hotéis. Entretanto, não se conseguiu isolar completamente esse efeito, constatando-se resultados favoráveis também para alguns contrastes. Além disso, também no caso dos *empregos ocupados no setor de serviços*, os resultados apresentaram-se de forma semelhante, ou seja, favorecimento para os municípios de especialização turística e também para alguns contrastes. Por outro lado, não foi esse o caso dos empregos ocupados no comércio, a partir dos quais não se conseguiu estabelecer nenhum grau de diferenciação para os dois grupos.

5. Variáveis do lado da oferta: 1995-2000

Vai-se agora proceder à apresentação de dados, com vistas a complementar-se a análise, compensando-se uma das restrições apontadas para a Teoria da Base Econômica Regional, de só considerar o lado da demanda; nesse sentido, foram coletados dados em dois momentos, sobre tamanho da população e quantidade de hotéis e que são apresentados a seguir.

Tabela II – Crescimento da População

Município de especialização turística	População em 1995	População em 2000	Percentual de crescimento	Contraste	População em 1995	População em 2000	Percentual de crescimento
Águas de Lindóia	13 814	16145	16,87	Aguai	25 512	28145	10,32
Águas de S. Pedro	1772	1881	6,15	Sta. Cruz da Conceição	3191	3525	10,46
Campos do Jordão	40074	44178	10,24	Cruzeiro	70856	73444	3,65
Caraguatatuba	63880	78628	23,08	Caçapava	70255	76027	9,24
Ilhabela	16596	20752	25,04	Paraibuna	15871	16988	7,03
Itanhaém	56882	71694	26,03	Registro	50970	53704	5,36
Peruibe	40370	51237	26,91	Piedade	46352	50065	8,01
S. Sebastião	43777	57745	31,90	Lorena	73848	77914	5,50
Ubatuba	55233	66644	20,65	Guaratiningueta	97696	104101	6,55



Neste caso, todos os municípios incluídos na pesquisa registraram crescimento populacional no período em questão, mas o crescimento daqueles de especialização turística foi sempre maior que o de seus contrastes, com exceção de Águas de S. Pedro, o menor do Estado e com sérias restrições em termos de espaço físico.

A seguir apresenta-se uma tabela com dados dos hotéis:

Tabela III – Hotéis em 1995 – 2000

Municípios de especialização turística	Hotéis 1995	Hotéis 2000	Percentual de crescimento	Contrastes	Hotéis 1995	Hotéis 2000	Percentual de crescimento
Águas de Lindóia	26	25	- 9,61	Aguai	Zero	1	100,0
Águas de S. Pedro	14	15	7,14	Santa Cruz da Conceição	Zero	Zero	Zero
Campos do Jordão	62	84	35,48	Cruzeiro	6	8	33,33
Caraguatatuba	22	33	50,0	Caçapava	6	9	50,0
Ilhabela	25	42	68,0	Paraibuna	1	6	600,0
Itanhaém	9	13	44,44	Registro	8	8	Nenhum
Peruíbe	23	31	34,78	Piedade	5	7	40,0
S. Sebastião	56	92	64,28	Lorena	7	8	14,28
Ubatuba	67	87	29,85	Guaratininguetá	11	14	27,27

Como se pode constatar, todos os municípios de especialização turística apresentaram crescimento em termos de meios de hospedagem, com exceção de Águas de Lindóia que diminuiu uma unidade; entretanto, também entre os contrastes registrou-se um crescimento, com exceção de Registro que manteve a mesma capacidade de hospedagem e destacando-se Paraibuna, que passou de um para seis estabelecimentos hoteleiros, a demonstrar, inclusive por outros dados constatados, sua vinculação a fluxos turísticos de alguma natureza.



6. Considerações Finais

Este texto teve como principal objetivo demonstrar a possibilidade da atividade turística constituir-se em fator de desenvolvimento regional; para isso, resgatou colocações pertinentes à questão regional e destacou a Teoria da Base Econômica Regional, que por meio do Quociente Locacional mede a concentração de uma atividade numa certa área, em relação à distribuição dessa mesma atividade num espaço geográfico que abrange a primeira.

A hipótese que norteou o desenvolvimento da pesquisa foi a de que a atividade turística pode se constituir em fator de desenvolvimento regional, isto é, uma atividade básica a estimular atividades não-básicas, em nível de municípios, mas que extrapolam para o entorno.

A pesquisa foi desenvolvida no Estado de São Paulo, com dados do ano de 2000, principalmente, e colhidos junto ao IBGE, SEADE e GUIA BRASIL. Foram definidos dois conjuntos de municípios diferenciados em princípio pela presença da atividade turística e coletados e analisados dados sobre o número de empregos em hotéis, o crescimento da população e dos meios de hospedagem.

Em conclusão da pesquisa realizada, confirma-se a hipótese de que a atividade turística pode se constituir em fator de desenvolvimento regional, porque os resultados foram favoráveis aos municípios de especialização turística, a partir dos parâmetros fixados, embora não se tenha conseguido isolar completamente os efeitos dessa atividade (turística), mais pelo fato de alguns dos contrastes aproximarem-se daqueles de especialização turística.

A atividade turística concentra empregos em hotéis nos municípios pesquisados para atender fluxos turísticos e acaba por influenciar o papel polarizador desses mesmos municípios em seu entorno, estimulando atividades não-básicas e que atendem a população local. Pesquisas posteriores poderiam investigar quais atividades não-básicas estariam sendo estimuladas nesses mesmos municípios de especialização turística, além do grau de polarização que estariam desempenhando nos municípios do entorno.

Referências

ABLAS, Luiz Augusto de Queiroz. Alguns Aspectos do Desenvolvimento Econômico Regional. *Planejamento e Conjuntura*. Boletim Técnico de Análise Econômica. São Paulo, n.69, outubro, 1973, Assessoria de Pesquisa Econômicas. Coordenadoria de Planejamento. Secretaria de Planejamento do Estado de São Paulo, 1963.



- AULICINO, Madalena Pedroso. *Alguns impactos sócio-econômicos do turismo sobre municípios paulistas*. São Paulo: Futura, 2001.
- AULICINO, Madalena Pedroso. 2004. *Turismo e desenvolvimento regional: um ensaio de operacionalização no Estado de São Paulo*. São Paulo: ECA/USP, 324 p.
- BOUDEVILLE, Jacques. *Aménagement du Territoire et Polarisation*. Paris: Editions M.-TH.Gênin, 1972.
- BUYS, Bruno Dorfman, EVANGELISTA, Rafael. Festa do Divino: a cultura popular está acabando? *Ciência Hoje – Revista de Divulgação Científica da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência – SBPC – v.32, n. 189, dezembro, 2002.*
- CHRISTALLER, Walter. Some considerations of tourism location in Europe: the peripheral regions, under-developed countries, recreation areas. *Papers of the Regional Science Association*, 12:95-105, 1964. (3rd.Lund European Congress, Lund, Sweden, 1963).
- CORAGGIO, Jose Luis. On Social Spaceness and the Concept of Region. (Towards a materialist approach to regional analysis). Paper to be presented at the First World Regional Science Congress, Cambridge. Massachussets, 1980.
- FRÉMONT, Armand. *A Região, Espaço Vivido*. Coimbra: Livraria Almedina, 1980.
- GUIA Quatro Rodas *Brasil*. Editora Abril. Anos:1995 e 2000.
- HAESBAERT, Rogério. Região, diversidade territorial e globalização. *Geographia*. 1 (1): 15-39. Revista de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, junho. 1 (1): 15-39, 1999.
- IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>>.
- KAYSER, Bernard. A região como objeto de estudo da Geografia, KAYSER et al. *A Geografia Ativa*. 2^a ed. São Paulo: DIFEL, 1968.
- OMT – Organização Mundial do Turismo. *Conta Satélite do Turismo (CST)*. Quadro Conceptual. Madrid, Espanha: Organização Mundial do Turismo, 1999.
- PERRIN, Jean Claude. *Le Développement Regional*. Paris: Presses Universitaires de France, 1974.
- ROCHFORT, Michel. *Redes e Sistemas*. Ensinando sobre o urbano e a região. São Paulo: Hucitec, 1998.
- SCHICKLER, Samuel. A Teoria da Base Econômica Regional: Aspectos Conceituais e Testes Empíricos. HADDAD, Paulo Roberto. et al. *Planejamento Regional: Métodos e Aplicação ao Caso Brasileiro*. 2^a edição. Rio de Janeiro: Instituto de Planejamento Econômico e Social. Instituto de Pesquisas. IPEA/INPES. Monografia n.8, 1974.
- SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Disponível em: <http://www.seade.gov.br>.

Recebido em: 06/01/2010 (1ª versão) 19/02/2011 (2ª versão)

Aprovado em: 11/04/2011